



# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631.1368 – FAX: (38) 3631.3314

## PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**EMENTA:** *Veto Parcial ao §2º do art. 1º do Projeto de Lei nº 67/2025. Análise de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e compatibilidade sistêmica com o ciclo orçamentário. Inadequação material do PPA para veicular percentuais vinculantes de emendas impositivas. Parecer pela manutenção do veto.*

A comissão de Legislação Justiça e Redação em conformidade com as atribuições que lhe foram conferidas, analisa e emite parecer sobre o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 67/2025 de autoria do próprio Executivo Municipal.

### RELATÓRIO

Chegou a esta Comissão o Veto Parcial encaminhado pelo Chefe do Executivo, por meio do Ofício nº 161/2025, recaindo exclusivamente sobre o §2º do art. 1º do PL nº 67/2025, fruto da Emenda Aditiva nº 07/2025 apresentada no âmbito desta Câmara Municipal.

O dispositivo vetado previa:

*“O montante destinado às emendas impositivas corresponderá, em cada exercício, a percentual não inferior a 1,2% da Receita Corrente Líquida, sendo metade aplicada obrigatoriamente em ações e serviços de saúde”*

A justificativa do veto sustenta que a matéria é típica da LDO e da LOA, e não do PPA, cuja natureza é estratégico-programática. Fundamenta-se nos arts. 158 e seguintes da Lei Orgânica Municipal.

### FUNDAMENTAÇÃO

Competência Material e Natureza Jurídica do PPA:

Os professores José dos Santos Carvalho Filho e Maria Sylvia Zanella Di Pietro destacam que o PPA possui função estrutural de planejamento, não podendo se converter em instrumento de vinculação anual de percentuais numéricos rígidos.





# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631.1368 – FAX: (38) 3631.3314

Impropriedade técnica da Emenda Aditiva nº 07/2025:

A emenda inserida pelo Legislativo, embora materialmente legítima quanto à intenção (previsão de emendas impositivas), acabou por transformar o PPA em instrumento de fixação anual de percentuais vinculantes, o que viola o princípio da compatibilidade vertical entre as peças do planejamento e a função puramente diretiva do PPA;

## CONCLUSÃO

À luz do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se pela manutenção do veto parcial por reconhecer a impropriedade técnica e normativa da inclusão do §2º no PPA.

São Francisco-MG, 14 de novembro de 2025.



**JOSÉ DELVAN CAIRES DA SILVA**  
RELATOR

Pelas Conclusões:

ANTONIO FABIO  
VIEIRA DE  
MOURA:06690159620

Assinado de forma  
digital por ANTONIO  
FABIO VIEIRA DE  
MOURA:06690159620

**ANTÔNIO FÁBIO VIEIRA DE MOURA**  
PRESIDENTE

JOSE ADELSON  
FERREIRA  
NEVES:81543646620

Assinado de forma  
digital por JOSE  
ADELSON FERREIRA  
NEVES:81543646620

**JOSÉ ADELSON FERREIRA NEVES**  
MEMBRO

